



**ALTRUÍSTAS OU OPORTUNISTAS?
UMA ANÁLISE DOS PEQUENOS PARTIDOS NAS COLIGAÇÕES ELEITORAIS
(1998-2014)**

**ALTRUISTS OR OPPORTUNISTS? AN ANALYSIS OF SMALL POLITICAL
PARTIES IN THE ELECTORAL COALITIONS (1998-2014)**

Lucas Silva
Amanda Domingos
Matheus Cunha
Marcus Torres
Willber Nascimento*

Resumo: Este artigo investiga como os pequenos partidos se comportam em coligações eleitorais para eleições proporcionais. Para isso, testa a hipótese do esforço mínimo, examinada por Lima Jr (1983), segundo a qual os pequenos partidos atuam de modo oportunista ao participar das coligações, ou seja, são beneficiados com a obtenção de mais cadeiras na Câmara dos Deputados que os partidos grandes ou médios. Metodologicamente, o desenho de pesquisa combina estatística descritiva e multivariada para analisar o banco de dados de Nascimento *et al* (2016), que cataloga o desempenho eleitoral de todos os partidos políticos por unidade federativa entre 1998 e 2014. Os resultados encontrados refutam o argumento do esforço mínimo, já que: a) são os grandes partidos que obtêm mais cadeiras dentro das coligações, enquanto os pequenos ganham menos e b) os pequenos partidos atuam de maneira altruísta nas coligações, cedendo cadeiras aos médios e grandes.

Palavras-chave: Pequenos partidos; Coligações eleitorais; Esforço mínimo; Olavo Brasil.

Abstract: This article investigates how small parties behave in electoral coalitions for proportional elections. For this, it tests the hypothesis of the minimal effort, examined by Lima Jr (1983), according to which the small parties act opportunistically when participating in the coalitions, that is, they benefit from obtaining more seats in the Chamber of Deputies than the large or medium-sized parties. Methodologically, the research design combines descriptive and multivariate statistics to analyze the database of Nascimento *et al* (2016), which catalogs the electoral performance of all Brazilian political parties, by federative unit, between 1998 and 2014. The results found refute the minimum effort argument, since: a) it is the large parties that

*Lucas Silva (lukasemanoel@gmail.com), Amanda Domingos (adadomingos@hotmail.com), Matheus Cunha (mescunha@gmail.com), Marcus Torres (marvinist@hotmail.com) e Willber Nascimento (willbernascimento@outlook.com) são alunos do Curso de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco e Bolsistas do CNPq.

get more seats within the coalitions, while the small ones earn less and b) the small parties act altruistically in the coalitions, yielding chairs to the large or medium-sized parties.

Keywords: Small parties; Electoral coalitions; Minimal effort; Olavo Brasil.

1 Introdução

Na literatura clássica da Ciência Política, os partidos pequenos foram classificados de diferentes formas. Por definição, eles são fracos nas arenas eleitorais e buscam formas de transformar votos em cadeiras, a exemplo das coligações. (KINZO, 2006a; DANTAS; PRAÇA, 2007).

Os incentivos à coligação são diversos, no entanto, percebe-se que os partidos pequenos são movidos por uma lógica um tanto particular. (DURVERGER, 1970; PANEBIANCO, 2005). Soares (1964) teoriza sobre os incentivos existentes e sugere duas perspectivas: (1) a teoria do esforço mínimo e (2) a teoria da resistência ideológica. Lima Jr (1983) testa a primeira perspectiva levando em consideração o tamanho do partido no tempo e no espaço, ou seja, no decorrer dos anos e nos níveis subnacionais.

O objetivo deste trabalho é analisar a participação dos pequenos partidos nas coligações eleitorais. Testamos se a hipótese de Lima Jr (1983) ainda pode ser aplicada aos dias atuais, ou seja, se, ao participarem de coligações, os pequenos partidos ganham mais cadeiras que os demais membros da coligação. Em termos metodológicos, o desenho de pesquisa articula estatística descritiva e multivariada (ANOVA). As análises foram realizadas com o auxílio dos *softwares Statistical Package for Social Science (SPSS)*, versão 22, e *Stata 12*. Os resultados refutam a hipótese de Lima Jr (1983): além de receberem menos cadeiras que os demais partidos dentro das coligações, os pequenos partidos atuam altruisticamente, dando cadeiras aos demais partidos.

Para a realização do desenho de pesquisa descrito anteriormente, o trabalho está dividido em quatro seções. A próxima seção apresenta uma revisão da literatura sobre partidos pequenos e coligações. A segunda parte apresenta, de forma mais detalhada, a metodologia e o desenho de pesquisa. A terceira sumariza os resultados encontrados após as análises estatísticas e, por fim, a última seção elenca as principais conclusões.

2 Sobre partidos e coligações

Na literatura clássica da Ciência Política, conceitos diversos foram criados sobre os partidos pequenos. Para Duverger (1970), eles estão situados na fronteira entre os partidos de quadro e os de massa. Além disso, de acordo com o autor, são caracterizados pelo elevado personalismo. Já Soares (1964) determina *a priori* os partidos por quantidade de cadeiras na Câmara. Lima Júnior (1983) não chega a delimitar precisamente o que seria um partido

pequeno, mas os supõe quando afirma que os grandes são aqueles com 20% ou mais de cadeiras na Câmara. Figueiredo e Limongi (1995), por sua vez, argumentam que são pequenos aqueles partidos que não tem capacidade de modificar o *status quo* da Câmara Federal.

Mais contemporaneamente, Dantas e Praça (2007) classificam como pequenos aqueles que: (1) não elegeram candidatos entre 1993 a 2000 para Câmara, (2) aqueles que elegeram os candidatos, mas não os mantiveram até o fim da legislatura e, por fim, (3) um conjunto de critérios que os fazem pequenos¹. Nascimento *et al.* (2016)², no entanto, assumem uma estratégia baseada na análise de conglomerados de *two-step*.

Os partidos pequenos, por definição, são fracos nas arenas eleitorais e, por isso, tentam maximizar sua probabilidade de transformar votos em cadeiras. A forma mais fácil de chegar a um ponto ótimo de retorno eleitoral é por meio das coligações³. Em termos substantivos, os partidos pequenos aproximam-se dos grandes em busca de visibilidade e na tentativa de garantir mínima vantagem (KINZO, 2006a; DANTAS; PRAÇA, 2007). As motivações para as coligações são diversas, no entanto, é consenso na ciência política que, para além de demonstrar afinidades político-ideológicas, esse tipo de alianças tem o objetivo de ampliar as chances de seus participantes no pleito (LIMA JR, 1983; NICOLAU, 1994).

No que diz respeito aos partidos pequenos, observa-se que esses são movidos por uma lógica um tanto distinta em relação aos grandes e médios (DURVERGER, 1970; PANEBIANCO, 2005). Conforme Carreirão (2006), os partidos pequenos coligam-se para fugir do quociente eleitoral e para conseguir uma representação mínima. Boa parte da literatura sobre o assunto versa sobre os incentivos existentes para a coligação. Soares (1964) formula duas teorias sobre o fenômeno das coligações entre partidos pequenos e grandes: a teoria do esforço mínimo e a teoria da resistência ideológica.

A teoria do esforço mínimo versa sobre a possibilidade de um partido, concomitantemente, diminuir seus custos e/ou esforços eleitorais e angariar o maior número de possível de cadeiras no pleito proporcional, a partir da coligação. Em outras palavras, menor esforço e maior recompensa. Este é, portanto, o comportamento parasitário que será assim mencionado pelo restante do artigo. A perspectiva ideológica, por sua vez, está embasada em

¹ Os critérios que foram utilizados pelos autores para a definição de pequenos partidos são os que seguem: “Percentual de votação para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1998; Percentual de participação no Fundo Partidário de 2000 – que está diretamente ligado ao critério anterior; Não representação na Câmara dos Deputados no início e/ou ao término da legislatura e; Estatuto registrado junto ao TSE e adaptado à Lei 9.096/95”. Para mais informações, ver: Dantas e Praça (2010, p. 187).

² Conforme os resultados encontrados por Nascimento (2015), os partidos pequenos são: PCB, PCO, PHS, PRP, PRTB, PSDC, PSL, PSTU, PTC, PTdoB e PTN.

³ É importante familiarizar o leitor com o contexto em que a discussão está inserida. Utilizamos o sistema proporcional como *background*, onde a fórmula tenta representar de modo mais equilibrado a proporção população/representantes. Mais especificamente, trabalhamos no contexto brasileiro que adota a fórmula proporcional de lista aberta, onde os partidos definem os candidatos da lista, mas é a votação individual de cada candidato que define quem será eleito. Na lista aberta, o somatório de votos dos candidatos do partido define quantas cadeiras ele obterá na legislatura. Para maior aprofundamento ver: Mainwaring (1991), Ames (1995), Samuels (1997) e Nicolau (2006; 2012).

dois pressupostos fundamentais: (1) o enraizamento social do partido e (2) sua plataforma ideológica. Outro ponto que essa teoria permeia é a relação entre nível de desenvolvimento e orientação ideológica.

Lima Jr (1983) desenvolve sua argumentação acerca da teoria do esforço mínimo e acrescenta que o tamanho do partido influi diretamente na decisão de coligar-se. Sua pesquisa sobre os níveis nacional e subnacional, delinea as diferenças existentes na lógica adotada pelos partidos – no pleito local em relação ao nacional –, além de inovar quanto à classificação de seu tamanho. Segundo o autor, o tamanho do partido seria realmente variável quando considerados tempo e espaço. Enquanto Soares (1964) testa essa hipótese assumindo a invariabilidade do tamanho dos partidos, Lima Jr (1983) analisa de forma mais detalhada as coligações partindo do pressuposto que o tamanho dos partidos varia no tempo e no espaço.

Na análise das coligações durante o período 1950-1992, Lima Jr (1983) observa que as alianças não são formadas por uma mera lógica eleitoral, mas, também, pela racionalidade política contextual. Em outras palavras, os partidos coligam-se para maximizar a quantidade das cadeiras e à luz dos resultados das eleições prévias, utilizando a racionalidade orientada a um aumento de seus dividendos eleitorais (ANASTASIA; SANTOS, 2014).

Contudo, a teoria do comportamento parasitário, com a qual trabalharemos mais extensivamente, falha em especificar as moedas de barganha dos próprios partidos pequenos. É plausível supor que partidos grandes oferecem à coligação (no arranjo institucional brasileiro) maiores chances de eleger e manter parlamentares, mas por que o fariam? Considerando que partidos procuram maximizar votos e/ou cadeiras (DOWNS, 1999; ZOHLNHOFFER; BANDAUI, 2012), seria uma estratégia dominante para os partidos grandes não se coligarem, em vez de dividirem votos com aliados.

As instituições brasileiras, todavia, oferecem os incentivos à coligação, ao imputarem o tempo total do Horário Eleitoral Gratuito (HEG) à quantidade de partidos presentes na coligação. A moeda de barganha dos partidos pequenos seria, então, o acréscimo de tempo de televisão para a coligação (LAVAREDA, 1991; PEREIRA; MULLER, 2003)⁴. Dessa forma, é possível identificar um jogo eleitoral, em que partidos grandes maximizadores de votos interagem com partidos pequenos minimizadores de esforço.

2.1 Possíveis jogos eleitorais nas coligações

Esquematizamos, a seguir, dois jogos simples, considerando que a arena eleitoral brasileira é composta por partidos pequenos e grandes que tomarão a decisão de coligar-se ou não. Em ambos os jogos, os partidos grandes podem escolher dividir votos com os pequenos em

⁴ Nicolau (1996), por sua vez, justifica a formação de coligações a partir de: (1) magnitude do distrito; (2) tamanho do partido; (3) tempo no horário eleitoral (4) poder de chantagem; (5) número de candidatos que poderá lançar na chapa proporcional e, por fim, (5) a desigualdade da força dos partidos nos âmbitos estaduais.

troca de aumentar seu tempo no horário eleitoral, ou não dividir os votos e deixar de ganhar tempo adicional. Nesse cenário, quais serão os incentivos para que cada uma das partes coopere?

Tomemos que a quantidade de cadeiras recebida por um partido é uma função do tempo de televisão. Consideremos ainda que, respectivamente, $C_{(g)}$ e $C_{(p)}$ são a quantidade de cadeiras ganhas e $T_{(g)}$ e $T_{(p)}$ são o tempo de televisão dos partidos grandes e pequenos. Concorrendo individualmente, o partido grande recebe uma quantidade $C_{0(g)}$ de cadeiras e o pequeno recebe uma quantidade $C_{0(p)} = 0$, de modo que, seguindo a teoria do comportamento parasitário, os partidos pequenos sempre desejarão entrar em coligações, o que torna o jogo assimétrico.

Fica claro, assumindo conhecimento perfeito, que toda vez que o retorno marginal do tempo extra (quantificado em cadeiras na Câmara dos Deputados) superar a perda de cadeiras resultante do aumento de parceiros na coligação, os partidos grandes optarão pela coligação. Em termos formais:

$$(1) \quad Wt(g) > |Wa(g)|$$

Onde Wt é o retorno marginal (medido em cadeiras) do aumento de tempo eleitoral, g representa o partido grande e Wa é o retorno marginal (também medido em cadeiras) do aumento do número de aliados na coligação, que está em módulo porque assumimos que seja negativo. A equação (1) tem que ser verdadeira também para o partido pequeno (p).

Nesse primeiro jogo, essa condição levaria à estratégia dominante de não se coligar, já que os ganhos líquidos em cadeiras para um partido resultariam em perda líquida de cadeiras para o outro. Porém, se inserirmos a condição de conhecimento imperfeito, temos que nem partidos grandes nem os pequenos têm certeza sobre quantas cadeiras angariariam se competissem sós, nem sobre qual é o retorno marginal do tempo extra de televisão. Isso nos leva a concluir que outros fatores que não Wt e Wa condicionam a decisão de se coligar.

		Pequeno partido	
		Coligar	Não se coligar
Grande partido	Coligar	$C_{0(g)} + Wt_{(g,p)} - Wa_{(p)}$ $C_{0(p)} + Wa_{(p)}$	\emptyset
	Não se coligar	\emptyset	$C_{0(g)} + Wt_{(g)} - Wa_{(g)}$ $C_{0(p)}$

Como a estratégia de coligar-se deve ser simultânea e unânime, dois campos são conjuntos vazios. Nos outros dois, a linha de cima representa o *payoff* para o partido grande, enquanto a de baixo, para o do partido pequeno. Caso aceite a coligação, o partido grande tem o retorno do tempo conjunto de televisão $Wt_{(g,p)}$, mas perde uma quantidade desconhecida de cadeiras $Wa_{(p)}$ para o partido pequeno. Por outro lado, caso não se coliguem, os dois partidos

recebem apenas o retorno em cadeiras de seus tempos de televisão, $Wt_{(g)}$ e $Wt_{(p)}$, além das quantidades de cadeiras ganhas por outros meios⁵, mas o partido grande enfrenta um possível custo de oportunidade que é da mesma magnitude de $Wa_{(p)}$.

Por outro lado, o jogo acima desconsidera um fator essencial: a elasticidade da relação entre tempo de campanha e cadeiras na Câmara. Caso a elasticidade seja alta⁶, a estratégia dominante para os dois partidos será a coligação, já que juntos ambos teriam ganhos líquidos de votos. Na terminologia utilizada aqui, os partidos grandes sabem que $Wa_{(p)}$ será menor que $Wt_{(g,p)}$.

Assim, a estratégia ótima para os partidos de forma geral seria montar as maiores coligações possíveis, independentemente de restrições ideológicas. Formalizando:

$$(2) \quad Wt(g) + Wt(p) = I$$

Essa possibilidade encontra certo apoio na maneira como os partidos brasileiros montam suas coligações, mas é possível que o façam por outros condicionantes que não o apresentado aqui. É importante destacar que o retorno marginal do tempo de televisão para os partidos coligados nessa situação $Wt_{(g,p)}$ é maior do que a soma do retorno para cada partido tomado individualmente, por isso nós o multiplicamos por e (que varia de 1 a ∞), que é o grau de elasticidade entre tempo de televisão e quantidade de cadeiras.

		Pequeno partido	
		Coligar	Não se coligar
Grande partido	Coligar	$C_{0(g)} + [e \cdot Wt_{(g,p)}] - Wa_{(p)}$	\emptyset
	Não se coligar	\emptyset	$C_{0(g)} + Wt_{(g)} - [e \cdot Wt_{(p)}]$ $C_{0(p)}$

Faz-se importante acrescentar que os dois modelos propostos acima lidam com as eleições aos cargos de deputado federal, comumente utilizados como objeto de análise em estudos legislativos. Isso significa que, devido a singularidades do arranjo institucional brasileiro, o modelo não incorpora diretamente todos os níveis de barganha envolvidos nas coligações partidárias. Por exemplo, para uma parcela dos candidatos de todos os partidos, cargos legislativos são trampolins para cargos no Executivo, como o de prefeito ou governador. Geralmente, postos no Executivo são assegurados pelos grandes partidos (o partido que for grande na região em que compete), o que pode tornar a política partidária uma maneira de formar grandes coligações sempre, inclusive sacrificando cadeiras para obter ganhos em outras

⁵ É importante destacar que, no modelo, consideramos que a quantidade de cadeiras ganhas pelo partido pequeno através de sua própria força eleitoral tende a zero.

⁶ Pesquisas prévias, como Brader (2005), Gerber *et al* (2007) e Silveira e Mello (2009) oferecem resultados preliminares que dão suporte a essa suposição.

esferas de governo. Dessa forma, partidos grandes e pequenos podem engajar-se em coligações quando o partido grande tem pretensões a cargos do Executivo, e o partido pequeno escolhe auxiliar com tempo eleitoral em troca da obtenção de cadeiras no Legislativo.

Esse tipo de barganha, no modelo, seria possível no cenário em que há conhecimento imperfeito. Mesmo sem conhecer a elasticidade cadeiras-tempo eleitoral, os partidos grandes escolhem a coligação de toda forma, por desejarem cargos do Executivo mais do que o fazem pelos do Legislativo.

Por fim, se as coligações são mecanismos importantes na estratégia eleitoral dos partidos pequenos, a influência deles nas alianças é de extrema importância e justificam diversos comportamentos eleitorais. É evidente que o retorno eleitoral para as pequenas legendas existe, mas também é importante analisar de que modo estas se beneficiam e em que medida influenciam no sucesso eleitoral das coalisões, o que será analisado.

No que condiz com os propósitos deste trabalho, procuraremos testar a hipótese de esforço mínimo, sistematizada por Soares (1964) e Lima Jr (1983), para o período de 1998 a 2014. Analisaremos se partidos pequenos, quando coligados, acabam por receber um retorno eleitoral maior do que sua contribuição efetiva para a obtenção de cadeiras da coligação. Esse seria, portanto, o comportamento oportunista exercido pelos partidos de pequena expressão eleitoral.

3 Metodologia

Esta seção descreve os procedimentos metodológicos com o objetivo de garantir a replicabilidade dos resultados (KING, 1995; JANZ, 2015). O Quadro 1 sumariza as principais características do desenho de pesquisa.

Quadro 1 – Desenho de pesquisa

Unidade de análise:	Partido, UF e Ano
Período:	1998 a 2014 (5 eleições)
Fonte:	Nascimento <i>et al</i> (2016)
Técnicas:	Estatística descritiva, teste t de amostras emparelhadas e ANOVA.
Variáveis:	Dependente: Retorno de cadeiras; Independente: Tamanho do Partido; Participação na Coligação;
Hipótese:	Os partidos pequenos se beneficiam mais das coligações do que os partidos médios e grandes.

Fonte: elaborado pelos autores.

Nascimento *et al* (2016) elaboram um banco de dados⁷ de eleições para deputado federal, a partir de informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o

⁷ Os dados estão publicamente acessíveis através no endereço: <<http://dx.doi.org/10.7910/DVN/H9IUU5>>.

desempenho eleitoral dos partidos políticos de 1998 a 2014, em cada unidade federativa.

A quantidade de cadeiras representa o somatório dos candidatos eleitos que o partido obteve por meio do quociente eleitoral e pelo método das maiores médias. Além disso, a variável participação na coligação é mensurada binariamente, onde o valor 1 indica que o partido está na disputa eleitoral por meio de uma coligação e 0 representa o contrário.

Por meio de uma análise de *cluster*, os autores mensuram o tamanho dos partidos políticos a partir do seu desempenho eleitoral em cada estado/ano. Com isso, eles conseguem analisar as variações nos sistemas partidários estaduais, conforme observado por Lima Jr (1983), visto que a força de um partido é desproporcionalmente distribuída no espaço: o mesmo partido, em um certo estado pode ser grande, enquanto que em outro pode ser pequeno. Ao fim, Nascimento *et al* (2016) dividem os partidos em três categorias: pequeno (1), médio (2) e grande (3). A vantagem dessa classificação em relação às outras utilizadas pela literatura⁸ é que a análise de *cluster* calcula, estatisticamente, os melhores pontos de quebra que minimize a diferença entre os casos dentro dos grupos e maximize a diferença entre as classes.

A literatura nacional argumenta que os partidos pequenos se beneficiam mais das coligações do que os demais partidos (LAVAREDA, 1999; MACHADO, 2012). Para os autores, sem as coligações estes partidos teriam chances ínfimas de eleger seus candidatos. A justificativa disso é a de que a entrega das cadeiras no interior das coligações baseia-se na votação individual dos candidatos. Os partidos pequenos, portanto, elegeriam candidatos que foram bem votados – mesmo que em termos partidários isso não seja verdade.

A fim de estudarmos quem possui o maior benefício advindo das coligações, primeiramente, faz-se necessário excluir os partidos que concorrem sozinhos. Em segundo lugar, é preciso entender que todos os partidos da coligação beneficiam de tal proporcionalidade – e esse é, portanto, um dos estímulos ao ato de coligar-se. A pergunta que remanesce é: “*quem mais se beneficia?*”. No entanto, a maneira mais prática é simular um sistema perfeitamente proporcional com o sistema atual desproporcional. Nossa variável dependente é, portanto, o resultado de tal simulação. Para calculá-la, faz-se uso da seguinte fórmula:

$$(3) \quad \text{Retorno} = C_i - C_{si}$$

Na fórmula, o retorno é a diferença entre as cadeiras simuladas do partido *i* e as cadeiras que o partido ganhou no jogo das coligações (C_i). Nossa simulação (C_{si}) é baseada na quantidade de cadeiras a que um partido teria direito se o sistema fosse perfeitamente proporcional. Desse modo, nenhum partido seria excluído da distribuição de cadeiras. Para calcularmos C_{si} , dividimos os votos dos partidos pelo quociente partidário.

Retorno é, portanto, a simulação de um sistema perfeitamente proporcional e, logo,

⁸ Nascimento *et al* (2016) realizam uma interessante análise dos critérios utilizados para a classificação de pequenos partidos na literatura especializada e identificam que nenhuma delas estão em conformidade umas com as outras.

nenhum partido é excluído. Além disso, pressupomos que os partidos se coligam por diversas razões, mas com a finalidade de se beneficiarem de todos os possíveis *payoffs* positivos. Sendo o atual sistema desproporcional, todos os partidos desejam beneficiar-se de tais desvios. Então devemos comparar um sistema sem desvio (a variável *retorno*) com um sistema desproporcional (o atual sistema).

Operacionalmente, obtemos que se retorno for maior que zero, o partido atua de uma maneira altruísta dentro da coligação, ou seja, cedendo cadeiras aos demais membros. No entanto, se o retorno for menor que zero, o partido atua de uma maneira oportunista dentro da coligação, recebendo uma quantidade de cadeiras que é maior do que realmente ele deveria obter - o que reflete na teoria do esforço mínimo, criada por Soares (1960) e testada por Lima Jr (1983).

3.1 Classificação do tamanho dos partidos

O procedimento metodológico de classificação do tamanho dos partidos é um dos elementos mais importantes na elaboração de um estudo eleitoral. Contudo, como Nascimento *et al* (2016) indica, esse processo tem sido espinhoso para a literatura acadêmica nacional. O quadro abaixo ilustra o principal problema em algumas das classificações da literatura nacional.

Quadro 2 – Comparação entre as classificações dos partidos pequenos

Trabalho	Principal Parâmetro	Intervalo
Rodrigues (1995)	Quantidade de cadeiras na Câmara dos Deputados	11 - 30
Dantas e Praça (2004, 2010)	Percentual de votos – Câmara dos Deputados	0 - 1
Assis (1997)	Percentual de votos – Câmara dos Deputados	3,1 - 5
Machado (2012)	Percentual de votos – Câmara dos Deputados	1,1 - 10
Melo e EV (2014)	Percentual de votos – Câmara dos Deputados	0 – 2,5

Fonte: Nascimento *et al* (2016).

Para classificar o tamanho dos partidos, a literatura nacional utiliza a quantidade de cadeiras ou, em sua grande maioria, o percentual de votos recebidos. Contudo, os critérios para os pontos de corte utilizados para inserir ou retirar o partido são pouco conhecidos. Além disso, os intervalos são escolhidos com certa arbitrariedade. Por fim, a literatura classifica os partidos segundo o seu montante de votos agregados nacionalmente. O efeito perverso de tais classificações é que elas acabam por ignorar o fato de que a força partidária não se distribui de forma constante em todo território nacional.

Por este motivo utilizamos a classificação proposta por Nascimento *et al* (2016), visto que possui características mais transparentes que as demais, além de possuir características mais desejáveis que as demais. Entre elas, destacam-se (1) a não fixação de intervalos de votos e (2) a variação do tamanho dos partidos ao longo do tempo e entre os estados da federação. No entanto, de modo semelhante às demais classificações, Nascimento *et al* (2016) utilizam o

percentual de votos do partido – mas, diferencia-se ao abarcar o nível subnacional.

Metodologicamente, o desenho de pesquisa utiliza estatística descritiva e multivariada (ANOVA) para analisar a base disponibilizada por Nascimento *et al* (2016). Comparamos a quantidade e a contribuição de cadeiras dos partidos pequenos com suas respectivas coligações. As análises foram realizadas com o auxílio dos *softwares Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 22, e Stata 12.

4 Resultados

A partir da Tabela 1, podemos constatar que, em média, aproximadamente, 84% dos partidos políticos formaram alianças no nível subnacional para disputar as eleições, enquanto que, aproximadamente 16% preferiram disputar isoladamente. Em 2014, observamos o maior número percentual de coligações (87,6). Já em 2006, o menor (81,5). Os valores elevados podem ser reflexos da estratégia de utilização das coligações como meio para reduzir os custos eleitorais e eleger o maior número possível de representantes (LIMA JÚNIOR, 1983). No entanto, analisaremos mais adiante essa relação.

Tabela 1 – Panorama da situação dos partidos em relação à coligação (1998-2014)

SITUAÇÃO	1998		2002		2006		2010		2014		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não coligado	91	14,7	113	16,0	129	18,5	115	17,2	100	12,4	548	15,7
Coligado	526	85,3	593	84,0	569	81,5	552	82,8	704	87,6	2944	84,3

Fonte: elaborado pelos autores.

Examinando o desempenho partidário, o Gráfico 1 ilustra a porcentagem média de cadeiras obtidas pelos partidos em cada estado entre 1998 e 2014⁹. Em outras palavras, podemos constatar, em média, a porcentagem de parlamentares que cada partido elegeu em cada unidade federativa ao longo do período. PMDB (17,96%), PT (13,43%) e PSDB (12,26%) são os partidos que obtiveram as maiores médias¹⁰, enquanto que PHS, PGT, PEN, PCO, PCB, PTC, PSTU, PAN, PRN e PPL (menor que 1%) as menores. Essa análise é bom *proxy* para avaliarmos o tamanho dos partidos políticos do ponto de vista eleitoral.

⁹ A porcentagem foi calculada a partir do número total de cadeiras obtidas pelo partido dividido pelo tamanho do distrito eleitoral.

¹⁰ Sobre o tamanho e força desses partidos, conferir os trabalhos de Dantas e Praça (2007, 2010), Kinzo (2006b), Braga (2010) e Machado (2012).

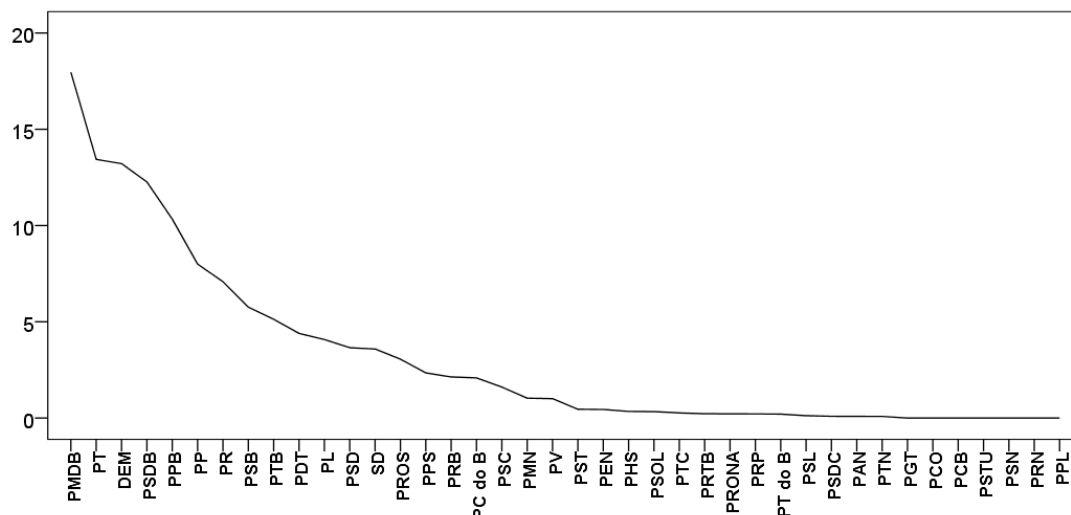


Gráfico 1 – Porcentagem média de cadeiras obtidas pelos partidos políticos (1998-2014)

Fonte: elaborado pelos autores (2015)

A Tabela 2 apresenta a frequência da participação dos partidos em coligações. Em geral, todos os tipos de partidos possuem uma grande taxa de participação em coligações, maiores que 80%. Os grandes partidos possuem uma maior taxa percentual de coligação (90,4), seguido pelos médios (89,88) e, por último, os pequenos (82,42).

Tabela 2 – Participação dos partidos em coligações

Tamanho	Coligado		Não coligado		Total	
	N	%	N	%	N	%
Pequeno	2.190	82,45	466	17,55	2.656	100
Médio	302	89,88	34	10,22	336	100
Grande	452	90,4	48	9,6	500	100

Fonte: elaborado pelos autores.

Na Tabela 3 encontramos a frequência percentual do tamanho dos partidos por unidade da federação durante o período. Vale ressaltar que, para alguns estados (n=16), o algoritmo que realizou o agrupamento dos casos só gerou duas categorias. Entre os estados com todas as categorias, Roraima (79,17), Goiás (74,79) e Maranhão (72,59) possuem as maiores porcentagens de pequenos partidos, o Acre (31,73) obteve a maior de médios partidos enquanto Paraná (12,86), Alagoas (12,78) e Roraima (11,21) têm as maiores porcentagens de grandes partidos. Por fim, em relação aos estados com apenas duas categorias, Bahia e Ceará (89,47) e o Distrito Federal (88,89) possuem as maiores frequências de pequenos partidos, já Sergipe (30,53), Amapá (27,73) e Rio Grande do Norte (26,23) obtiveram as maiores de grandes partidos.

Tabela 3 – Percentual do tamanho dos partidos políticos por UF (1998-2014)

UF	Pequeno	Médio	Grande	UF	Pequeno	Médio	Grande
AC	60,58	31,73	7,69	PA	86,72	--	13,28
AL	60,9	26,32	12,78	PB	66,93	26,77	6,3
AM	68,75	24,22	7,03	PE	79,17	--	20,83
AP	72,27	--	27,73	PI	85,16	--	14,84
BA	89,47	--	10,53	PR	67,14	20	12,86
CE	89,47	--	10,53	RJ	67,12	23,97	8,9
DF	88,89	--	11,11	RN	73,77	--	26,23
ES	78,2	--	21,8	RO	65,52	23,28	11,21
GO	74,79	21,01	4,2	RR	79,17	18,33	2,5
MA	72,59	24,44	2,96	RS	79,53	--	20,47
MG	66,9	23,24	9,86	SC	82,81	--	17,19
MS	88,46	--	11,54	SE	69,47	--	30,53
MT	75,44	--	24,56	SP	81,63	--	18,37
				TO	78,51	--	21,49

Fonte: Nascimento *et al* (2016).

Segundo o argumento do esforço mínimo de Lima Jr (1983), as coligações eleitorais ajudam mais os pequenos partidos que os partidos grandes a elegerem mais deputados. A Figura 1 mostra a diferença média da quantidade total de cadeiras obtidas pelos partidos quando estão coligados. Podemos constatar que os grandes partidos, em todos os anos, ganham mais cadeiras que os demais e, ainda por cima, os pequenos são os que menos ganham cadeiras entre eles refutando, assim, a proposição de Lima Jr (1983). Vale ressaltar que todas essas diferenças são estatisticamente significativas, já que os pontos das categorias de coligação não se interceptam.

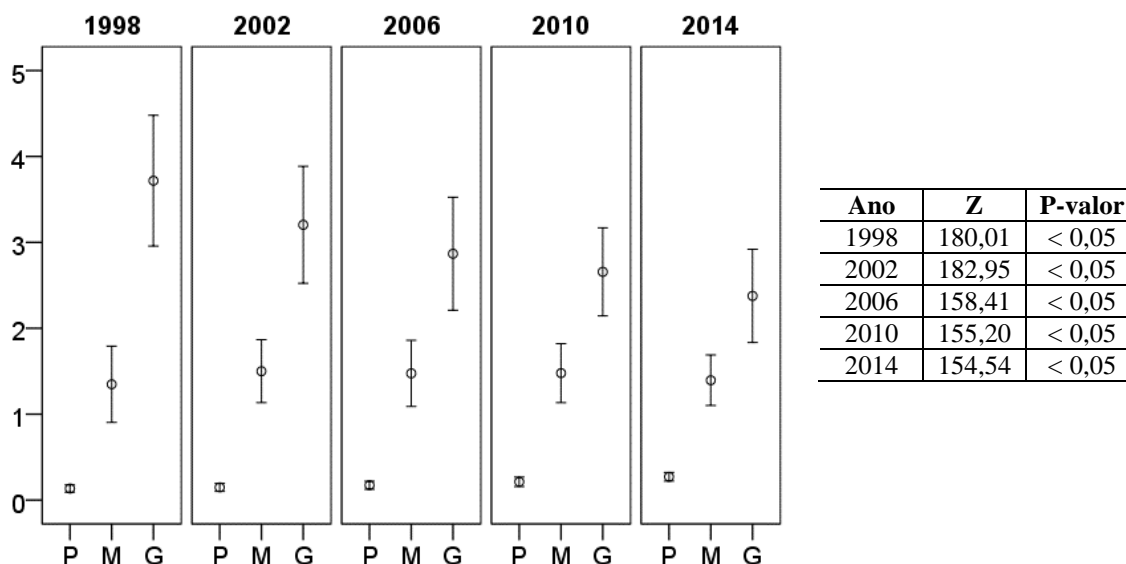


Figura 1 – Média de cadeiras obtidas pelos partidos quando coligados

Fonte: elaborado pelos autores.

Na Figura 2, comparamos os retornos médios obtidos pelos partidos quando coligados nas eleições. Examinamos que somente os pequenos partidos possuem um retorno médio maior que zero e que os demais possuem um retorno negativo. Em outras palavras, isso quer dizer que os pequenos partidos atuam como colaboradores dentro das coligações, fornecendo cadeiras

para os partidos médios e grandes dentro da coligação¹¹.

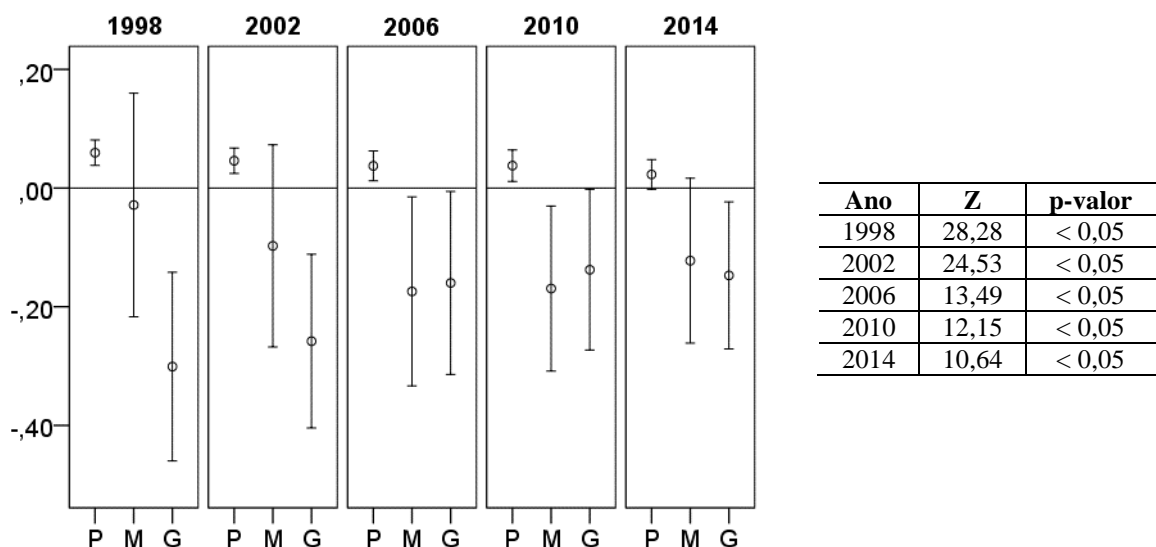


Figura 2 – Retorno médio dos partidos quando coligados
Fonte: elaborado pelos autores.

Essa distorção no número médio de cadeiras dos partidos pequenos é oriunda dos cálculos de distribuição das sobras. Como a quantidade de votos dos grandes e médios partidos é superior à dos pequenos, isso acaba lhes proporcionando vantagens na distribuição das cadeiras que sobram após o cálculo do quociente eleitoral, conforme mostra a Figura 3. A própria regra eleitoral, por mais que, ao fim, consiga proporcionar representação aos pequenos partidos (NICOLAU, 2012), é responsável pela distorção existente no número de cadeiras obtidas por eles, fazendo-os atuar como colaboradores na coligação.

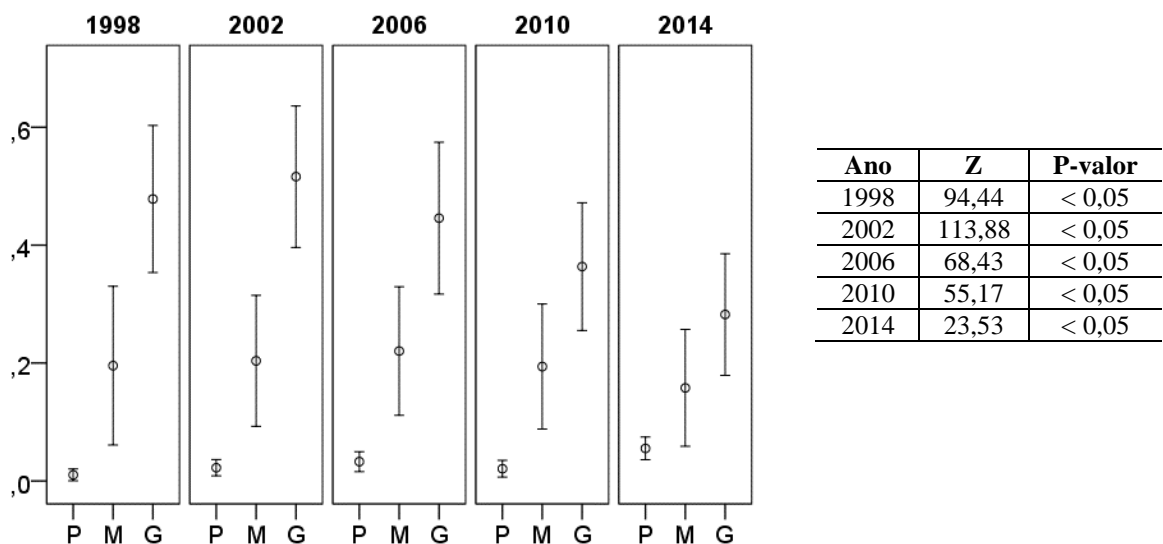


Figura 3 – Número de cadeiras obtidas pelos partidos a partir do cálculo das maiores médias
Fonte: elaborado pelos autores.

¹¹ Uma ressalva deve ser feita para o ano de 1998, quando a diferença do retorno entre pequenos e médios partidos não é significativa, fazendo com que somente os grandes se beneficiassem nas alianças. Contudo, nos demais anos, as diferenças entre pequenos-médios e pequenos-grandes são todas significativas.

Apesar da magnitude dessa diferença média ser baixa, ela não pode ser negligenciada. De maneira agregada, isso pode acarretar na obtenção de uma ou outra vaga que facilite a obtenção de recursos fundamentais para a sobrevivência desses pequenos partidos na arena política.

5 Conclusão

Este artigo testa as hipóteses advindas da teoria do esforço mínimo, e aponta que: a) os partidos pequenos possuem um comportamento oportunista nas coligações e b) ganham mais cadeiras do que deveriam. Para Lima Jr (1983), os partidos pequenos, quando coligados, acabam por receber um retorno eleitoral maior do que sua contribuição efetiva para a obtenção de cadeiras da coligação.

Metodologicamente, o desenho de pesquisa combinou estatística descritiva e multivariada (ANOVA). Utilizamos o banco de dados Nascimento *et al* (2016), que, a partir dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), catalogaram o desempenho eleitoral dos partidos políticos de 1998 a 2014, em cada unidade federativa, no que se refere às eleições para deputado federal. Por fim, comparamos o retorno obtido por pequenos grandes e médios partidos dentro das coligações e analisamos as desproporcionalidades nas quantidades de cadeiras obtidas por eles enquanto coligados.

Os principais resultados indicam justamente o oposto: são os grandes partidos que obtêm mais cadeiras dentro das coligações, enquanto que os pequenos ganham o menor número. Além disso, constatamos a partir das análises que eles atuam de maneira altruística dentro das coligações, proporcionando cadeiras aos médios e aos grandes, já que o número cadeiras que eles conquistariam se dependessem exclusivamente de suas respectivas votações seria, em média, menor do que eles conquistam quando estão coligados.

O mecanismo apresentado para explicar essa relação é a regra eleitoral. O cálculo de distribuição de sobras faz com que os grandes e médios partidos ganhem mais cadeiras do que deveriam, devido a votação, já que elas deveriam ser direcionadas aos pequenos partidos. Com isso, podemos refutar os argumentos de Lima Jr (1983) em relação ao comportamento parasitário dos pequenos partidos.

Nossa principal limitação é a ausência um modelo multivariado capaz de estimar o efeito e o sentido da relação entre nossas variáveis de uma maneira mais robusta e sofisticada. Apesar disso, acreditamos que nossas técnicas utilizadas conseguem capturar a natureza da relação e explicar as hipóteses testadas.

Referências

- AMES, Barry. Electoral strategy under open-list proportional representation. **American Journal of Political Science**, v. 39, n. 2, p. 406-433, 1995.
- ANASTASIA, Fátima; SANTOS, Manoel Leonardo. Sistemas partidários no Brasil: continuidade e mudança. In SOARES, Gláucio; LAVAREDA, Antônio. **A relevância da Ciência Política: comentários à contribuição de Olavo Brasil de Lima Jr.** São Paulo: Revan, 2014.
- BRADER, Ted. Striking a responsive chord: How political ads motivate and persuade voters by appealing to emotions. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 2, p. 388-405, 2005.
- BRAGA, Sérgio. **Podemos ter um (a) nov@ Obama?** Perspectivas do uso da web no próximo pleito eleitoral brasileiro. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** Trad. Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. Pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000. **Revista Leviatã**, n. 1, p. 181-200, 2007.
- _____. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, Silvana. **Coligações partidárias na nova democracia brasileira.** São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia.** São Paulo: Edusp, 1999.
- GERBER, Alan *et al.* **The influence of television and radio advertising on candidate evaluations:** results from a large scale randomized experiment. New Haven: Yale University, 2007.
- JANZ, Nicole. Bringing the Gold Standard into the Classroom: Replication in University Teaching. **International Studies Perspectives**, p. 1-16, 2015. Disponível em: <<http://isp.oxfordjournals.org/content/isp/early/2016/03/09/insp.12104.full.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2015.
- KING, Gary. Replication, replication. **PS: Political Science & Politics**, v. 28, n. 3, p. 444-452, 1995.
- KINZO, Maria. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 23-51, 2006a.
- _____. Os Partidos no Eleitorado: Percepções Públicas e Laços Partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n. 57, p.65-81, 2005.
- LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas.** O processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MACHADO, Aline. **Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade: o caso das coligações brasileiras.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. **Novos Estudos Cebrap**, n. 29, p. 34-58, 1991.
- _____. **Multipartidarismo e democracia:** um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- NASCIMENTO, Willber; SILVA JÚNIOR, José Alexandre; PARANHOS, Ranuldo; SILVA,

Denisson; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Does size matter? Electoral performance of small parties in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 10, n. 2, p. 1-26, 2016.

NICOLAU, Jairo. Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário. **Cadernos de Conjuntura**, n. 50, p. 15-19, jul. 1994.

_____. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. The open-list of electoral system in Brazil. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

_____. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa**: a conexão eleitoral no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, v. 40, n. 3, 1997.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 17, p. 95-124, 1964.

ZOHLNHÖFER, Reimut; BANDAU, Frank. Policy or office and votes? The determinants of programmatic change in west European political parties. ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF GERMAN POLITICS, 38., 2012. London. Disponível em: <https://www.uni-bamberg.de/fileadmin/uni/fakultaeten/sowi_professuren/politikfeldanalyse/Zohlhoefer/Mitarbeiter/Parteienwandel_Bandau.pdf> Acesso em: 15 nov. 2015.

APÊNDICE – Jogos eleitorais

Nesta seção, abordamos os dois jogos elaborados no corpo do artigo com mais detalhes. Definiremos brevemente o que é um jogo, como jogos simples são construídos e, por fim, como interpretar os produzidos no artigo.

Um jogo é uma esquematização matemática de preferências e escolhas dos agentes. Nos modelos mais simples, os agentes são dois e são confrontados com uma escolha binária (participar ou não, delatar ou não, coligar-se ou não). Nessas situações, cada agente possui um *payoff* em cada célula da matriz¹², e adota uma estratégia – geralmente a que maximize seu *payoff*. Essas condições, especialmente a última, explicam por que a teoria dos jogos é uma ferramenta importante para a corrente teórica da escolha racional. As escolhas combinadas dos agentes geram a interação entre eles.

Adicionalmente, jogos têm uma série de especificações quanto à informação, o tempo da decisão e a simetria entre os atores. Por exemplo, o clássico Dilema do Prisioneiro prevê informação perfeita quanto ao valor dos *payoffs* (ainda que incerteza quanto à escolha do outro agente), decisão simultânea e agentes equivalentes. Essa configuração cria uma única estratégia

¹² Não é necessário que o jogo seja representado numa matriz. Na verdade, essa é a maneira mais simples de representar as possíveis interações entre agentes.

dominante (no caso de um jogo simples, a estratégia dominante é o valor do *payoff* preferido pelo agente).

Neste artigo, elaboramos dois jogos. Um deles tem especificações assemelhadas às do Dilema do Prisioneiro, mas com resultados diferentes, enquanto o outro representa uma categoria diferente de jogos, que são os de soma positiva. Ou seja, quando os *payoffs* dos agentes são maiores se ambos agem juntos.

No primeiro, o tempo de decisão é sequencial, os agentes são assimétricos (os partidos grandes detêm a escolha final) e a informação é imperfeita para os *payoffs*, apesar de que a estratégia dos partidos pequenos é conhecida pelos dois agentes. Tem-se, então, que:

		Pequeno partido	
		Aliar	Não se aliar
Grande partido	Aliar	$C_{0(g)} + Wt_{(g,p)} - Wa_{(p)}$ $C_{o(p)} + Wa_{(p)}$	\emptyset
	Não se aliar	\emptyset	$C_{0(g)} + Wt_{(g)} - Wa_{(g)}$ $C_{o(p)}$

Nessa situação, a condição de incerteza sobre os *payoffs* leva o partido grande a não ter uma estratégia dominante, caso em que o jogo tem dois possíveis equilíbrios. A escolha de um ou outro dependerá de fatores não incluídos na esquematização.

O segundo jogo também é assimétrico, e a decisão também é sequencial. A diferença é que há certeza sobre os *payoffs*. Ou seja, tanto partidos grandes quanto pequenos sabem que têm mais a ganhar conjuntamente, o que leva a estratégia de se coligar a ser dominante para ambos. Isso foi capturado pelo termo e , que é o grau de elasticidade entre tempo de televisão e quantidade de cadeiras.

		Pequeno partido	
		Aliar	Não se aliar
Grande partido	Aliar	$C_{0(g)} + [e \cdot Wt_{(g,p)}] - Wa_{(p)}$ $Wa_{(p)}$	\emptyset
	Não se aliar	\emptyset	$C_{0(g)} + Wt_{(g)} - [e \cdot Wt_{(p)}]$ $C_{o(p)}$

Por fim, é importante destacar que, para o partido pequeno, coligar-se sempre é a estratégia dominante, já que os *payoffs* e as especificações dos dois jogos foram feitos com base na literatura utilizada no artigo. Então, ressaltamos que a teoria dos jogos não é utilizada para testar hipóteses, mas sim para descrever interações e gerar previsões teoricamente orientadas, de maneira formal e esquemática.

Artigo recebido em: 10/12/2015

Artigo aceito para publicação em: 9/3/2016